

Considerações Finais

Pensando sobre como concluir este trabalho, me veio a ideia de que em vez de um retrato, a proposta pode ser entendida como um “filme”. Talvez essa seja a imagem mais apropriada, dado que aqui tentei abordar uma versão da interação sociedade e Estado a partir de um prisma que entende os atores como dotados de escolhas possíveis. Busquei apresentar esses atores e as interações que constroem destacando que eles não “são” como algo dado, mas “estão” sendo, porque sempre em lógica de ação e reação. De forma menos enigmática, a análise focou na interação entre movimento social e agência estatal e identificou que as dinâmicas da aids estão em constante negociação e transformação, portanto, não poderia aprisioná-los em pequenas cápsulas do tempo.

A interação entre esses atores está em mudança neste momento que escrevo. No entanto, este trabalho pode conferir algumas indicações que me parecem constantes:

A construção de suas identidades pode ser entendida a partir das noções emprestadas por Stuart Hall e Judith Butler que a desloca de uma ideia cristalizada e/ou outorgada para uma construção realizada na interação com o outro. Especificamente, para esses autores, trata-se de uma identificação, uma vez que a identidade nunca é um processo conclusivo. Nesse sentido, podemos entender que as identidades sociais, políticas, institucionais e, mesmo desejos, são constituídos a partir de uma relação de negociação e trocas que estão em constante transformação e reelaboração.

É nesse processo político que os sujeitos são constituídos. Ao reconhecer o caráter político da negociação a partir dessa interação, se pode afirmar que são produzidas e visibilizadas novas agendas pela aceitação do conflito discursivo. Reconfigura-se, assim, o posicionamento dos atores e de suas ações.

A escolha desta trajetória de pesquisa começa no capítulo primeiro, no qual entrelacei as histórias de construção das instâncias da sociedade civil, focando a Abia e a agência pública de aids e suas interações. Esta escolha se deu para que

servisse de base para o entendimento de que a relação entre elas, assim como suas identidades, está inserida em processos contínuos de interação e transformação. Nesse capítulo, foi possível mostrar que a demanda por uma resposta à epidemia de aids surge em contexto de uma articulação da sociedade, publicizada por lideranças carismáticas como Betinho e Herbert Daniel, e provoca uma reação por parte do Estado, que opera uma instância específica para tratar das questões relacionadas à aids.

As ONGs/aids desempenham papel de formulação de reivindicações às agências do Estado, estabelecendo uma dinâmica de negociação marcada pela ampliação e pelo fortalecimento do Estado e legitimação e visibilização das organizações. Já Leilah Landim apontava para uma definição de ONG a partir das interações que eram estabelecidas. Essa questão é tema de discussão nesse campo desde seu início. O tipo de relacionamento estabelecido com atores como Estado, movimentos sociais, agências internacionais seria fundamental para a constituição de sua identidade e para conferir legitimidade às suas ações. Essa questão é aprofundada com a emergência das ONGs/aids que disputam recursos materiais e simbólicos de serem interlocutoras do PN.

No entanto, esse Estado, ou melhor essa agência do Estado, não fica limitada a reagir às reivindicações da sociedade. A partir da dinâmica de interação, são formuladas novas estratégias de atuação. Pode-se perceber que seus atores vão se transformando mutuamente. Identifico que ao crescente estímulo à emergência das ONGs/aids, exige-se a capacidade burocrática e profissional dessas organizações. Ao mesmo tempo, o PN emerge ancorado na necessidade de interlocução com as ONGs/aids. Como forma de legitimar a política pública e ampliar seu alcance, investe na capacitação dessas ONGs de forma a alcançar seus objetivos de enfrentamento da epidemia. O que está em jogo é a necessidade de lidar com o reconhecimento de diferentes interesses e capacidade de negociação.

Por meio do financiamento direto do Estado, são flexibilizadas as fronteiras entre os atores que resulta na necessidade de afirmação da identidade das ONGs a partir dessa interpelação. Elas precisam se reconstruir como produtoras de agenda pública com capacidade crítica e propositiva. O PN reforça seu papel de ampliação do Estado e, a partir da interação, precisa afirmar a resposta à aids como construção coletiva com vistas à legitimação da política.

Tentei deixar claro que essas transformações estão inseridas em um contexto

sociopolítico que interpela os atores a todo instante. Embora não tenha sido o foco do trabalho, esboço a ideia de que as mudanças dos financiadores internacionais, tanto para as ONGs quanto para as ações de governo, desempenham papéis importantes nessas transformações. Também igualmente importante é o fato da aids ter surgido já em contexto de abertura democrática, o que suponho ter permitido o tipo de configuração de interação que aqui foi tratado. Não digo isso para afirmar que de outra forma essa interação não seria possível, trabalhos como os de Boschi e Jacobi estão a todo o tempo nos lembrar que a interação sociedade Estado já vinha sendo desenhada há muito tempo, mas para destacar que o contexto de reabertura democrática trouxe a forte possibilidade de organização social que buscava visibilizar, principalmente via mídia, as reivindicações, que inclusive foram usadas como estratégia de constrangimento para a agência pública.

A intenção foi municiar o leitor com informações para, no capítulo segundo, aprofundar a sociogênese do que chamo de dinâmicas da aids – as diversas formas de interação entre os atores estudados –, mais precisamente a interação entre os atores que conformam o movimento social de aids à luz da interpelação de atores externos como o PN. Nele, apresento que a política é instituinte do processo de construção de identidade e que é nesse processo de interação que os sujeitos políticos são forjados.

Neste capítulo mostro que as ONGs/aids conformam um movimento social e por ele são instituídas. Essa linha tênue entre uma identidade e outra dependeria do contexto em que essas organizações se encontram, ou seja, qual a posição de interlocução que ocupam. A ideia de “rede de movimentos sociais” trazida por Scherer-Warren contribui para iluminar a conformação desse movimento social que, como revela Hall, é composto por diversas identidades, não redutível a uma única.

Tratei também de outras questões implicadas ao movimento de aids. Mostrei que o movimento de aids busca reelaborar elementos discursivos que subsidiam sua conformação em sujeitos políticos autônomos e apontei que os Fóruns de ONGs/aids e os Enongs são espaços para o compartilhamento de práticas, valores, estabelecimento de solidariedades e discursos unificadores que legitimam suas ações e reivindicações, e relações com o Estado. No entanto, esses espaços não estão isentos de contradições e disputas. Eles mesmos são conformados a partir do

conflito discursivo entre os atores que os conformam que, em busca do seu próprio fortalecimento político, emprestam sua interlocução com a agência ao movimento de aids. As disputas entre essas organizações, portanto, não estaria circunscrita à ideia de busca por financiamentos, mas pelo capital político que significa ser interlocutora da agência pública.

Foi mostrado que a interação com o Estado interfere na dinâmica das ONGs/aids que precisam constantemente se rearrumar e produzir outras formas de discursos para restabelecer o seu lugar imaginado de movimento social. Ao mesmo tempo, são essas dinâmicas estabelecidas que servem de força motriz para a emergência e o fortalecimento de diversas identidades sociais e políticas. Isso é identificado como um “valor” do movimento de aids que empresta a sua visibilidade e experiência de interação com a agência ao imprimir uma cultura do “não fale de mim sem a minha presença” à constituição de outros sujeitos políticos.

No capítulo terceiro, analisei as atas das reuniões da Cams e utilizei entrevistas e percepções de observações-participante. Está focado na interação entre as ONGs/aids, movimentos sociais que compõem o movimento de aids e a agência pública dentro dessa instância institucional de intermediação de interesses. Nele, o estudo de Ervin Goffman sobre as instituições contribui para entender a Cams como lugar de prática social que funciona como espaço público de conflito discursivo que impulsiona a emergência de sujeitos políticos e articulação dos atores a fim de potencializar-se mutuamente. É nessa esfera que observamos as relações estabelecidas ancoradas na negociação do poder, por meio da troca de saberes distintos.

Identifico a aproximação dessa instância com a ideia de “democracia associativa” de Joshua Cohen. A interação nesses espaços confere permeabilidade ao Estado de práticas e valores dos movimentos sociais. Também contribui para a governança e *accountability*, porque torna as agências mais responsáveis e próximas das práticas sociais.

A Cams funciona como o meio de valorização do processo argumentativo que faz da tomada de decisões um processo mais democrático e igualitário. Com vistas à cooperação mútua, ela contribui para a função de alargamento do alcance do Estado a partir do estímulo aos laços de solidariedade política. As soluções compartilhadas são construídas a partir da autoridade conferida aos diversos

saberes e práticas existentes que se coadunam em prol de um objetivo de luta comum, fazendo com que, mesmo assimétricas, essas negociações se tornem mais horizontalizadas e, portanto, permitam o acesso aos recursos materiais e simbólicos da interlocução.

Neste capítulo mostro como a identidade da Comissão é instituída no processo do embate entre os atores que buscam imprimir a sua marca na elaboração da política pública. Esses embates podem ser percebidos pela discussão em torno das pautas como tática dos movimentos sociais de formular agendas públicas e não se tornarem prisioneiros da lógica estatal e forçar uma maior partilha de poder.

Também apresento essa instância como importante espaço para a ação do Estado como financiador das relações sociais. Ao articular distintos interesses, a interação na Cams contribui para o estabelecimento de confiança e respeito mútuos e construção de diretrizes com as quais seus integrantes se identificam. A Cams permite uma maior circularidade de informações que qualifica a intervenção do Estado, legitimando suas ações e potencializa e dá visibilidade os movimentos sociais ali presentes.

O quarto e último capítulo é um trabalho de caráter exploratório que visa delinear alguns aspectos da visibilização política do movimento social travesti como uma experiência que parte das dinâmicas complexas estabelecidas pelos atores estudados. Mostro que o movimento de aids empresta sua experiência de interação para esse ator emergente e que a interação Estado/sociedade é importante para conferir legitimidade ao movimento social travesti. Essa legitimidade também está ancorada na sua articulação política e na sua inserção no movimento de aids, sendo reconhecido como ator legítimo. Mostro que ao ter suas demandas atendidas pela agência estatal, busca interlocução com outros atores, reelabora sua identidade e reivindica reelaborar a linguagem de Estado de forma a potencializar sua luta.

Podemos compreender que o jogo da interação não está isento de conflitos e, embora os atores estejam dispostos de forma assimétrica, a partir de cálculos estratégicos avaliam as suas possibilidades de ganhos.

O conflito, aqui, é visto mais sob a ótica positiva, pois tratam-se de conflitos discursivos de duas lógicas distintas que se confrontam, mas que buscam a cooperação. Embora seja necessário admitir que, em alguns casos, as posições são

tão díspares que evocam o rompimento e até a oposição entre os atores, no caso aqui tratado suponho essa ser uma possibilidade distante. A pesquisa mostra que estão em plena disposição para o diálogo permanente e indica que a sustentação do seu objetivo comum depende disso.

Como conclusão, portanto, aponto a valorização do processo de interação não como um jogo de cartas marcadas no qual o Estado torna-se um manipulador das ações, mas de um jogo de trocas assimétricas a partir do qual são feitas escolhas pelos atores em busca de benefícios objetivos.

Acredito, também, que este trabalho abre diversas possibilidades para trabalhos futuros, meus e de outras pessoas, como um ciclo que não fecha em si mesmo. Espero, no entanto, com ele ter contribuído para reflexões tanto do PN como dos movimentos e, ainda, ter contribuído para tratar o movimento social travesti como um objeto de estudo também da ciência política.